



SEÇÃO: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A cosmovisão Kaingang frente às mudanças climáticas*The Kaingang worldview in front of climate change***André Voitechen¹**orcid.org/0009-0001-5989-4497
andre.voitechen@unesp.br**Recebido em:** 15 jul. 2024.**Aprovado em:** 16 ago. 2024.**Publicado em:** 10 dez. 2024.

Resumo: A seguinte pesquisa teve por objetivo duas principais discussões: compreender o papel humano frente às mudanças climáticas e seus eventos, exemplificando com a recente enchente do Rio Grande do Sul; e tratar da demarcação das Terras Indígenas e de como a manutenção socioreligiosa Kaingang é uma importante ferramenta frente ao Antropoceno, uma possível nova era geológica. Como fonte, utilizam-se principalmente textos noticiários via internet, desenvolvendo um debate apoiado nas Ciências Humanas sobre a atualidade e as políticas indígenas e ambientais. O estudo conclui que a cosmovisão ameríndia e seu perspectivismo objetivam um modo de vida em equilíbrio com a natureza, respeitando sua biodiversidade e projetando um futuro melhor para as próximas gerações. Portanto, entende-se que "demarcação" significa uma melhor responsabilidade governamental com o meio ambiente e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

Palavras-chave: Kaingang. Mudanças Climáticas. Antropoceno. Terra Indígena. Demarcação.

Abstract: The following research aimed to address two main discussions: understanding the human role in the face of climate change and its events, exemplified by the recent flood in Rio Grande do Sul, and secondly, dealing with the demarcation of Indigenous Lands and how the Kaingang socio-religious practices serve as an important tool in confronting the Anthropocene, a possible new geological epoch. As source we mainly utilized journalistic texts via the internet, developing a debate based on Humanities about the current indigenous and environmental policies. This Study concludes that the Amerindian worldview and its perspective aim for a way of life in balance with nature, respecting its biodiversity, and projecting a better future to the next generations. Therefore, it is understood that demarcation signifies a better governmental responsibility towards the environment and mitigating the effects of climate change.

Keywords: Kaingang. Climate Change. Anthropocene. Indigenous Land. Demarcation.

Introdução

Ao longo da evolução do tempo e do espaço, os seres humanos sempre impactaram o meio que habitaram, do mesmo modo que por ele foram impactados. No entanto, atualmente nossa influência no planeta se mostra cada vez mais negativa e evidente, ao ponto de surgir nos debates acadêmicos a ideia de uma nova era geológica, o Antropoceno. Nela, o *Homo sapiens sapiens* se transforma na principal engrenagem que movimenta o mundo, dentro de um processo de aceleração da própria espécie e de outras.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, SP, Brasil.

Nesse sentido, vemos que essa aceleração é resultado direto de um pensamento que coloca o ser humano como um ser superior às outras espécies e que, portanto, tem direito sobre outras vidas. Os resultados são políticas ecocidas refletidas no uso desenfreado de recursos naturais, o que acaba causando o desmatamento de florestas, poluindo rios e destruindo a biodiversidade terrestre e marinha.

De igual modo, esse processo colonizador que caminha em busca de madeiras, minérios e terras para agropecuária atinge diretamente os povos originários. A desestruturação de seu modo de vida ocorre não apenas com a violência física e direta, mas também com o abalo da própria religiosidade indígena. Isso porque as matas, os rios, os animais e as plantas fazem parte da espiritualidade e da relação de parentesco que esses indivíduos desenvolvem (Descola 2013). Com isso, observa-se que as populações ameríndias adotam uma concepção de mundo muito mais equilibrada com a natureza, comparando-se com a da sociedade ocidental (Süssekind 2018).

Para esta pesquisa, exemplificamos esse ambientalismo a partir da cosmovisão dos Kaingang. Trata-se de povos majoritariamente localizados ao sul do Brasil, mas que, em menor número, também marcam presença no estado de São Paulo.

Dessa maneira, desenvolvemos uma discussão compreendendo como e por que as Terras Indígenas (TIs) são ferramentas importantíssimas para preservação ambiental. Para tanto, o trabalho em questão procura exemplificar essa ideia a partir do modo de vida Kaingang. Busca-se, assim, entender a cosmovisão desses povos e como ela é expressa nas relações com o meio ambiente e suas formas de vida.

Antropoceno: mudanças climáticas e o papel humano

Acompanhadas de eventos similares por todo o planeta, como em Nairóbi (Quênia) e Tegal (Indonésia), as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 infelizmente acompanham uma tendência global das mudanças climáticas (Viegas 2024). Trata-se de um processo que se estende

aos eventos extremos, que ficam cada vez mais comuns, ao passo que a exploração humana dos recursos naturais derruba a natureza para benefício econômico (Sloterdijk 2018).

Assim, o modo de vida ocidental moderno e industrial se sustenta em um comportamento desenfreado, visando em suas ações apenas ao lucro, como se houvesse mais de um planeta Terra a ser explorado, a partir de uma concepção de desenvolvimento infinito em um mundo finito, um crescimento pelo simples crescimento (Sloterdijk 2018).

Dentro desse processo, os povos indígenas também tiveram que enfrentar as enchentes que acometeram o sul (Leitão 2024). Observamos assim que, mesmo depois de 500 anos de colonização, exploração e violência, ainda hoje essa população luta pelos seus direitos, em meio às consequências das mudanças climáticas atuais. Em depoimento à reportagem do noticiário *O Globo*, o membro da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul), Marciano Rodrigues, diz o seguinte:

Os povos indígenas têm agido, têm tentado cuidar dos territórios, mas atitudes do próprio Estado brasileiro e a classe política acabam deixando a desejar. Além de não se dispor a ajudar naquilo que a gente já perdeu, ainda querem retroceder as próprias leis enquanto poderiam estar potencializando no sentido de preservação e dos cuidados (Leitão 2024, on-line).

Sua fala trata justamente da ocasião em que as águas da enchente atingiram 80 comunidades indígenas. São cerca de 30.000 indivíduos das etnias Guarani Mbya, Kaingang, Xokleng e Charrua, distribuídos em 50 municípios do estado gaúcho (Leitão 2024).

Segundo uma reportagem feita por Harari (2024) sobre uma dessas comunidades afetadas, a terra indígena Segu, os moradores Kaingang viveram dias de insegurança devido ao desamparo por parte do governo. Passada a enchente, o vice-cacique Gerson Amantino expressou sua preocupação: "Vivemos oprimidos em um pequeno espaço nas margens do rio. Não sabemos o dia de amanhã, se pode ter outra enchente. Essa

insegurança é muito ruim" (Harari 2024, on-line).

A angústia dessa população não é ao acaso. Desde 2004, a área ocupada por eles não é regularizada. Em 2009, foram realizados estudos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para regulamentar a situação, mas 7 anos depois o direito a essa terra foi negado. Gerson explica que "A FUNAI se baseou no marco temporal, dizendo que não estávamos aqui antes da Constituição Federal, mas como eles vão estipular uma data se nós existimos muito antes de 1988" (Harari 2024, on-line).

A tese do Marco Temporal diz respeito ao entendimento de que apenas as áreas ocupadas ou disputadas no momento de promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, poderiam ser utilizadas por indígenas. Como colocado por Cavalcante (2016, 16), essa medida pode ser considerada a-histórica, pois ignora "os processos históricos ocorridos ao longo de cinco séculos de colonização por meio dos quais vários grupos indígenas foram expulsos de suas terras de ocupação tradicional". Assim, mesmo retornando ao território de direito em período posterior à Constituição, essa população enfrenta um contexto que desconsidera totalmente sua luta, resistência e história.

Segundo Cavalcante (2016), o Marco Temporal reflete um novo critério para a demarcação das TIs, uma categoria que difere totalmente da teoria do Indigenato. Esta última afirma o direito tradicional dos povos indígenas ao território, entendendo que essa população já habita o Brasil muito antes da chegada dos colonizadores. Já a tese do Marco Temporal propõe um limite temporal da ocupação das áreas, nesse caso o momento da Constituição.

Desse modo, além das políticas burocraticamente lentas com a demarcação, contextos que raramente atendem aos direitos dos povos indígenas, a população nativa ainda enfrenta um cenário de crise climática, eventos extremos que resultam das ações colonizadoras e da exploração desenfreada de recursos naturais.

A partir desse contexto, encontramos-nos então em um cenário de incertezas. Há chuvas torren-

ciais onde pouco chovia e longos períodos de seca em lugares antes extremamente úmidos. São eventos rápidos ou lentos, com picos de intensidade diferentes em escala global. Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), estamos diante de uma transição humana de simples seres vivos para uma força geológica, colocando em debate o fim do mundo e da própria espécie.

Faz-se especialmente preocupante o fato de que a conta dessas ações é sentida apenas quando a vida humana está em jogo. Essa é uma característica do pensamento ocidental, ou seja, olhar a natureza enquanto algo separado de nossas vidas, da cultura (Diegues 2008; Süsskind 2018). Exatamente por essa perspectiva é que as vidas da fauna e da flora foram desvalorizadas para exploração de recursos naturais no sistema capitalista.

O Antropoceno surge então para nomear os culpados das mudanças climáticas, a humanidade e seu processo geo-histórico de ocupação e colonização do planeta. A palavra coloca o homem, *anthropos*, como centro de aceleração do planeta. De fato, esse conceito funciona se entendermos que os principais responsáveis pelo problema foram e ainda são os homens brancos que dominaram e dominam o mundo através de políticas e práticas ecocidas. Nessa toada, Sloterdijk (2018) propõe o termo Euroceno, que no seu entender culpabiliza a civilização europeia e sua elite branca pela origem do problema. Corroborando essa ideia, Latour (2017) afirma que as populações periféricas ao sistema capitalista, como indígenas e quilombolas, exercem um impacto diametralmente oposto aos industriais e sua exploração de recursos naturais.

A ideia de Antropoceno aparece pela primeira vez nos anos 1980 e se populariza nos anos 2000, através de uma publicação dos pesquisadores Paul Crutzen e Eugene Stoermer (Danowski e Viveiros de Castro 2014). O trabalho em questão refletia justamente sobre como a humanidade afetava negativamente o planeta Terra, processo que poderia definir uma nova era geológica que ultrapassasse o Holoceno. Desde então, o conceito vem sendo usado de forma não oficial

como um termo prático para estudos nas áreas das ciências tanto humanas quanto naturais.

Em março de 2024, veio a notícia de que o Antropoceno ainda não fora oficializado enquanto uma nova era geológica. Em um painel científico organizado por geólogos, houve uma votação que decidiu a negação dessa tese por 12 votos contrários e 4 a favor (Zhong 2024). Muito embora sejam inegáveis as consequências antrópicas nas mudanças climáticas, a decisão foi tomada por uma questão puramente técnica. Em uma reportagem da *Agência Pública*, Paulo Artaxo, físico e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, explicou que é “importante salientar que não se nega a influência humana nos ecossistemas terrestres, mas que tão somente precisamos definir um marco estratigráfico que seja estável e forte o suficiente, de acordo com os demais marcos geológicos” (Girardi 2024, on-line). Em entrevista à mesma reportagem, a doutoranda em climatologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Karina Lima afirma:

A proposta de formalização do Antropoceno como época foi rejeitada [...] porque existe uma dificuldade para sua delimitação precisa. Existe um conflito na definição e também uma dificuldade epistemológica, porque um paradigma puramente geológico realmente não consegue abarcar toda a complexidade e transversalidade do impacto humano sobre a Terra. Seria necessário um paradigma multidisciplinar, pois não se trata de uma questão pertinente apenas às ciências naturais. O conceito de antropoceno já se tornou um *zeitgeist* que compreende também questões culturais, filosóficas e políticas (Girardi, 2024, on-line).

Nesse mesmo sentido, Abramovay (2023) também indica esse mesmo caminho para o estudo do tema. O sociólogo afirma, por sua vez, que o Antropoceno necessita uma abordagem interdisciplinar, já que dialoga com várias disciplinas que não apenas a Geologia. Trata-se também de História, Antropologia, Geografia, Física, Biologia, enfim, diversas áreas que contemplam a humanidade e sua interação no mundo.

Desse modo, o Antropoceno aparece como uma preocupação comum a todas as áreas. Nessa perspectiva, os conhecimentos históricos e antropológicos, que contemplam nosso foco,

servem-nos justamente para entendermos o comportamento humano diante dessa crise e indicar alguns possíveis caminhos a partir da sabedoria Kaingang e sua luta por terras no sul do Brasil.

A cosmovisão Kaingang e a percepção ambiental

As mudanças climáticas e a influência humana são questões resultantes de uma dicotomia que habita o pensamento ocidental há muito tempo: referimo-nos à ideia de que o ser humano e sua cultura não estão na natureza e, por sua vez, a natureza está longe do alcance humano, intocado pela dita civilização (Diegues 2008). Segundo Latour (1994), essa concepção não passa de um mito, assim como a visão de que somos modernos e que, portanto, a forma de vida humana é superior à de outros vivos.

Não obstante, podemos enxergar hoje que a cultura humana permeia praticamente todo o planeta. Esse é o caso de detritos como plástico, alumínio, concreto e vidro, presentes em florestas, rios, terra e até mesmo no nosso próprio corpo, como o caso dos microplásticos. Em contrapartida, a biodiversidade também está em pleno contato com os humanos. Historicamente, essa relação se deu, sobretudo com a domesticação de plantas e animais, mas podemos ainda compreender nossa própria anatomia e a dependência dos microrganismos que nos compõem (Haraway 2008).

Desse modo, esse discurso de superioridade humana foi muito usado historicamente para subjugar tanto as formas de vida não humanas quanto a vida de outros humanos, vistos como selvagens (Santos 2020). Nesse caso, essa visão sempre se sustentou numa premissa de progresso econômico, uma visão utilitarista que desenvolvia uma relação pessoa-coisa com a natureza e sua biodiversidade (Süssekind 2018).

No Paraná recém-independente do século XIX, foi edificada uma série de aldeamentos para colonizar as áreas até então inexploradas pelo governo imperial. A esses espaços ficavam reduzidos indígenas de diferentes etnias, colonos

brancos e alguns poucos escravizados (Amoroso 2014). Diferentemente do período de colonização, em que o discurso da conversão religiosa era muito forte, naquele momento a ideia principal era transformar os povos nativos em trabalhadores pobres, visto que a dissolução do sistema escravista e a transição para a servidão estavam no horizonte (Alencastro 1987).

Nesse sentido, tanto os povos indígenas como o seu espaço, as florestas, eram "inimigos" do progresso, que tinham de ser "civilizados". Em um relatório provincial de 1865, podemos ler o seguinte:

[...] a linha do Ivahy percorre terrenos uberrimos, que promettem grande riqueza agricola, e facilita o desenvolvimento da colonia Thereza, e do territorio central da provincia do Paraná, e catechese de numerosas tribus selvagens que habitam as cercanias do Ivahy e infestam periodicamente a população civilizada (Fleury 1865, 32).

O documento em questão compreende que a exploração das margens do rio Ivai garantiria à província muitas riquezas econômicas. Por sua vez, Fleury (1865) indica essa prática através das terras férteis e a possibilidade de configurar a floresta em plantação de produtos, mas também garantindo a mão de obra indígena ainda "selvagem" e "perigosa". Portanto, a expansão da colonização desse período tinha justamente por objetivo reduzir os povos nativos nos aldeamentos para a expropriação de suas terras pelo colonizador.

Normalmente, nesse período havia uma visão muito evidente de que os Kaingang, chamados de coroados, eram os mais violentos, teimosos e indolentes. Inúmeros presidentes de província afirmam isso, como Burlamaque (1867), Lins (1876) e Nogueira (1862). Para, além disso, havia ainda o contexto da Guerra Justa com o decreto de D. João VI a partir de 1808, o que fez surgir um conflito que buscou expropriar de forma violenta os espaços de botocudos em Minas Gerais e dos coroados nos campos de Guarapuava (Amoroso 2014).

Muito embora antiga, ainda hoje alguns sustentam uma visão de mundo parecida com essa.

Nutre-se uma ideia de indígenas preguiçosos, atrasados e improdutivos, uma declaração que serve na maioria das vezes para expropriação de TIs e desvalorização da cultura nativa (Brighenti 2015; Santos 2020). Com o governo Bolsonaro, esse discurso ressurgiu com afirmações como "muita terra pra pouco índio" (Brasil de Fato 2019, on-line). Tais concepções refletiam justamente a ideia de que indígenas são improdutivos, pois não utilizam suas terras para o agronegócio (Santos 2020).

Assim, temos um cenário que se configura na violência contra a população nativa. Assassinatos, suicídios e vícios são questões evidentes do longo processo de desestruturação do modo de vida indígena, um processo que se desenvolve através do constante contato colonizador (Brighenti 2015). Desde a colônia até os tempos atuais, os povos nativos foram jogados a um novo mundo organizado pelo lucro acima de tudo.

Em 2023, cerca de 300 indígenas Kaingang da terra indígena Apucarantina ocuparam uma parte da Fazenda Tamarana, no município de mesmo nome no Paraná (Carvalho 2023). A ocupação denunciava a sobreposição irregular do estabelecimento privado com a TI, em um momento que também se temia pelo avanço do Marco Temporal. Na ocasião, o deputado federal Nelson Fernando Padovani, do partido União Brasil, afirmou as concepções de lucro que referimos anteriormente (Calsavara 2023). Durante entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, o parlamentar tratou sobre a derrubada do veto que impedia o Marco Temporal, comentando o seguinte:

É o único caminho. Nós somos a favor dos indígenas, mas também queremos que eles produzam nos 14% de território brasileiro que já são deles. As terras destinadas à produção agropecuária no nosso país representam pouco mais da metade, são 8% da área do país. Não há necessidade de mais terras indígenas, uma vez que o Brasil e o mundo passam fome. E mesmo nos casos em que seja previsto um ressarcimento ao agricultor cuja propriedade se tornar reserva indígena, isso quebraria o Estado. Seria necessário retirar dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos para dar para os indígenas que nada produzem (Calsavara 2023, on-line).

Nessa perspectiva, o indígena só tem direito à terra caso produza. As terras e os indivíduos são apenas valorizados a partir disso. Também exatamente dessa maneira os Kaingang do século XIX eram vistos. Dentro dos aldeamentos, os sujeitos deveriam ser civilizados pelo trabalho branco para o governo, miscigenando sua etnia e sua cultura (Amoroso 2014). Sendo assim, desde a colonização, a sociedade ocidental tenta mudar essa "indolência" ameríndia, sua incapacidade de adequação ao ideário civilizatório. No passado, essa visão se sustentava em afirmar que a memória dos nativos era de curta duração, indicando uma incapacidade de aprendizagem do modo de vida branco (Viveiros de Castro 2013). No entanto, ocorria o fato de que a sociedade dita civilizada não conseguia compreender a cosmovisão do "outro" e suas particularidades. Não se tratava de teimosia, mas sim do fato de que a proposta de uma nova organização não fazia sentido para os indígenas (Viveiros de Castro 2013).

Séculos se passaram e esse ideário de imposição ainda continua. Os indígenas seguem sendo inseridos na sociedade branca de modo violento, deixando de lado seu modo de vida e adentrando uma economia que se baseia apenas na garantia de grandes proprietários (Santos 2020). E quando esses sujeitos não se adequam à nova vida são vistos como incapazes e violentos.

Além disso, a desestruturação do mundo indígena também ocorre com o desmatamento e a exploração dos recursos, ações que afetam diretamente sua religiosidade (Ayres, Antiqueira e Brando 2023; Silva 2002). Na visão Kaingang, a natureza não é algo separado de sua cultura, mas sim um aspecto intrínseco a ela (Branco, Perondi e Ramos 2023; Silva 2002). Nesse sentido, os entraves à demarcação representam um perigo tanto para a continuidade cultural indígena quanto para nós mesmos, na medida em que a demarcação significa ao mesmo tempo uma melhor preservação ambiental frente às mudanças climáticas (Campos e Lino 2023).

Uma relação que demonstra a falta dicotômica entre natureza e cultura pode ser observada pela interação entre os Kaingang e a floresta de arau-

cária (*Araucaria angustifolia*), (Branco, Perondi e Ramos 2023). A arqueologia demonstra que, há pelo menos 2000 anos AP, eles desenvolvem um manejo de determinadas comunidades de vegetais. Esse é o caso dos pinheirais, um tipo de floresta que pode ser visto como antrópico, um espaço construído pelos povos originários (Branco, Perondi e Ramos 2023; Noelli 1999). Balée (2008) chama esse tipo de manejo de indigeneidade da paisagem, demonstrando que os antepassados dos atuais indígenas construíram as florestas a partir da prática de dispersão e cultivo de determinadas espécies.

No século XIX, o antropólogo Mabilde (1983) também constatou a importância das araucárias para os Kaingang do Rio Grande do Sul. De acordo com seu escrito, os Kaingang tinham uma grande valorização pelo pinhão em sua dieta. Para, além disso, o autor ainda demonstra como as matas de pinhais serviam como marcadores de espaços dos grupos indígenas: pela marcação nos troncos de árvores, as áreas eram divididas. Em ocasiões em que esses limites eram ultrapassados para a coleta de pinhões, aconteciam conflitos que, por vezes, eram conciliados a partir do pinhão como moeda de pacificação das guerras.

Ao contrário da visão utilitarista do mundo branco, que orienta as políticas indígenas e ambientais no contexto atual, os Kaingang possuem uma visão de mundo muito mais ambientalista. Eles entendem a humanidade enquanto uma entre as demais espécies que habitam o planeta (Descola 2013; Sússekind 2018). Viveiros de Castro (2013) chama isso de perspectivismo ameríndio, um conceito que diz respeito a como os indígenas se relacionam com a natureza como um conjunto de espíritos, seres que foram pessoas no passado. É nesse sentido que Sússekind (2018) propõe que, enquanto a sociedade industrial desenvolve uma relação pessoa-coisa com o meio ambiente e seus recursos, os ameríndios desenvolvem uma interação pessoa-pessoa.

Os Kaingang entendem que, caso exacerbam sua exploração dos recursos, os espíritos podem se zangar e se vingar. Essa concepção pode ser vista no mito do eclipse, em que a onça (*mig*)

esconde o Sol, motivada por sua tristeza com a devastação da terra (*ga*) pelos homens brancos (*fóg*). Os seguintes antropólogos explicam:

O *mig* aparece como o ser que ressalta essa relação de exploração de *ga*, estando disposto a provocar o fim da humanidade para salvar *ga*. O povo Kaingang aparece no mito como mediador entre o *mig* e os *fóg*, salvando a humanidade da escuridão provocada pelo *mig*. Porém, o mito gera aqui uma profunda crítica ao extrativismo e à exploração da terra em prol de uma fábula capitalista, onde os seres da terra são negados e/ou exterminados pelos *fóg*, ou seja, vivifica e situa contextualmente uma historicidade relacional e colonial, a partir da cosmologia Kaingang (Maréchal e Hermann 2018, 348).

A saúde Kaingang também é afetada pelas florestas e sua relação com os espíritos. Do mesmo modo que o ser humano afeta a natureza, ela também interfere na vida social dos indivíduos. Na terra indígena Mangueirinha, os Kaingang se relacionam com a araucária (*fág*) como um parente, um cunhado (*iambré*), já que essa espécie também é dotada de espírito (*tom*). Para uma convivência saudável, faz-se necessário o equilíbrio no mundo físico, através da prática, e do mundo espiritual, a partir do xamanismo (Branco, Perondi e Ramos 2023).

Entende-se com isso, que os Kaingang compreendem que as diferentes espécies que compartilham seu mundo possuem agência. A fauna e a flora, para eles, não são simples recursos a serem explorados, mas formas de vida que, se respeitadas, garantem saúde ao planeta e aos humanos (Ayres, Antiqueira e Brando 2023; Silva 2002). Nessa mesma lógica, Latour (2017) apresenta a perspectiva do mundo como Gaia. Seu conceito não diz respeito ao planeta enquanto figura mítica, mas se volta a entender justamente os diferentes viventes, seus comportamentos na Terra e como eles nos afetam.

Do mesmo modo, os Kaingang da área indígena Nonoai entendem que a natureza é um aspecto essencial na sua manutenção dos costumes e tradições, uma cultura repleta de afeto entre humanos e não humanos (Ayres, Antiqueira e Brando 2023; Silva 2002). Há entre esse povo a crença em um universo permeado pela dualidade

Kamé e *Kainru-kré*, duas metades opostas que se complementam (Silva 2002). Nessa perspectiva todo o universo é explicado a partir desses dois elementos. Os rituais, plantas, animais, humanos, fenômenos e objetos pertencem a uma das metades, de acordo com suas características e interpretações. Temos com isso oposições como Sol/Lua, masculino/feminino, oeste/leste, força/agilidade, Pinheiro (*Araucara angustifolia*)/ Sete-sangrias (*Simplocus parviflora*) e muitos outros aspectos que compõe o mundo Kaingang (Silva 2002).

Kamé e *Kainru-kré* estão presentes no mito de origem Kaingang. Os dois eram irmãos gêmeos que, após a passagem de um grande dilúvio, ajudaram na criação da fauna e da flora (Silva 2002). *Kamé* era forte, pesado e perseverante, em contraposição a *Kainru-kré*, que era esguio e rápido, porém instável (Silva 2002).

Essa característica dual Kaingang pode ser percebida pelo grafismo. Silva (2002) explica que os indígenas pertencentes ao lado *Kamé* são pintados com listras a partir do carvão da araucária. Já em relação aos *Kainru-kré*, utiliza-se o carvão da sete-sangrias para pintar manchas. Com esse mesmo olhar, os rituais Kaingang também são realizados. Como observado por Silva (2002), o ritual de cura funciona pela complementaridade das oposições, uma maneira de potencializar seu efeito. Nesse ritual, as ervas são misturadas aos cupins, insetos que garantem força ao corpo pela sua capacidade de furar os fortes troncos das árvores. Para tanto, a mão do pilão (*Kamé*) e o pilão (*Kainru-kré*) realizam a junção de elementos opostos, de forma a proteger o corpo contra as doenças.

Nesse sentido, compreende-se que a preservação do território que esses indígenas habitam se faz essencial para a cura, a proteção, a prevenção e diversos outros aspectos que formam o modo de vida Kaingang. Para essa população, a mata fornece os recursos a serem utilizados na sua vivência: plantas, animais, venenos e outros objetos (Silva 2002).

Ayres, Antiqueira e Brando (2023) entrevistaram diversos indígenas Kaingang do Paraná.

Na pesquisa, os autores puderam perceber o descontentamento dessa população com a atual de crise climática, o desmatamento, a invasão de TIs e a poluição de rios e florestas. Muitos deles comentaram acerca do aumento de notícias sobre essa situação, afirmando que eles já estavam a par de tudo isso, mas que apenas agora chegou aos brancos o impacto ambiental que a cultura ocidental vem causando. Entre as falas coletadas, podemos destacar a seguinte fala de um dos entrevistados:

Eu acho que os indígenas, de um modo geral, eles, os Kaingang eles conservam sim a natureza, porque, como eu falei antes, é a nossa cultura, ela não existe sem a conservação da natureza, uma coisa tá ligada a outra [...] a relação entre as duas é uma relação muito íntima, entre a nossa cultura indígena e a preservação e a valorização da natureza (Ayres, Antiqueira e Brando 2023, 4).

Na fala desse Kaingang, é possível perceber a relação de dependência entre os indivíduos e a natureza. Uma forma de vida está ligada à outra. Desse modo, no impedimento de ações políticas de demarcação e proteção de áreas indígenas, há toda uma consequência no funcionamento dos costumes e tradições desses povos (Ayres, Antiqueira e Brando 2023). Portanto, há um efeito não apenas no equilíbrio físico do ambiente, mas também na condição psíquica dos povos tradicionais.

Nos termos da historiadora Domanska (2006), podemos inferir que a natureza para os Kaingang possui agência. Tal como essa população, ao compreendermos a agência das "coisas" que nos cercam, entendemos que os humanos não são uma espécie superior que pode fazer tudo o que quer. Eles têm responsabilidade por seus atos, uma ética que deve ser refletida na nossa relação com a natureza. Nesse sentido, observa-se que o entendimento das políticas públicas deve ser direcionado nesse caminho, compreendendo-se que o meio ambiente não está isolado, separado da cultura humana.

Por esse motivo, muitos estudos demonstram a importância das TIs para preservação ambiental. Em relatório da Organização das Nações Unidas

para Alimentação e Agricultura (2021), que revisou mais de 300 estudos dos 20 últimos anos, afirmou-se que os indígenas são os povos que mais preservam as florestas na América Latina e no Caribe. Ao mesmo tempo, o documento demonstra que essa população está cada vez mais em risco devido às políticas pouco eficientes em relação à proteção das TIs.

Essa pouca proteção ficou muito evidente no governo Bolsonaro, a partir de 2019 (Santos 2020). Uma das promessas cumpridas por essa gestão foi justamente a não demarcação de TIs. Além do negacionismo climático, nos 4 anos de governo o ex-presidente se empenhou em atrasar e obstruir os serviços técnicos da FUNAI para delimitação de áreas indígenas (Oliveira 2023).

Dessa maneira, o ano de 2023, primeiro ano do atual governo Lula, teve avanços significativos em comparação à gestão anterior. Houve a criação do Ministério dos Povos Indígenas, conduzido por Sonia Guajajara, e a nomeação de Joenia Wapichana para a presidência da FUNAI, primeira indígena nesse cargo (Oliveira 2023). Para, além disso, foi quebrado o "jejum" de políticas relacionadas à demarcação, com 8 terras homologadas e 3 identificadas (Soares 2024).

No entanto, ainda paira uma lentidão no processo de demarcação. Muito embora o primeiro ano de governo tenha trazido esse avanço, ainda há um descontentamento de indígenas em relação ao que havia sido prometido antes da transição do governo. Jonathan Kaingang, coordenador da ArpinSul, fez o seguinte comentário acerca dos obstáculos políticos: "A gente não quer mais que o presidente Lula apenas use o discurso de que vai demarcar os territórios quando é favorável. Ele tem que colocar em prática tudo aquilo que ele está discursando" (Soares 2024). Esse descontentamento tem um motivo: os povos originários possuem uma necessidade de avanço dos seus direitos, caso contrário podem ficar à mercê de um governo de entrave, como foi o de Bolsonaro.

Além das políticas enfraquecidas pela gestão anterior, há as disputas que se fortalecem no Legislativo e no Judiciário, sobretudo a partir de

teses como a do Marco Temporal. Propostas de leis como essa impactam diretamente o processo de demarcação de terras, além de legitimar violências e assédios dentro das áreas indígenas.

Em que pese essa situação, muitos têm uma boa expectativa para os anos seguintes do governo Lula. Jonathan Kaingang observa em seu horizonte uma melhora das políticas futuras: "Até porque, os verdadeiros guardiões da floresta são os povos indígenas. Quem ainda está segurando as pontas das mudanças climáticas somos nós, que fazemos esse enfrentamento direto" (Soares 2024, on-line).

Espera-se, nesse sentido, que as políticas ambientais e indigenistas se voltem para a compreensão do real sentido da demarcação de TIs. As mudanças climáticas afetam o globo inteiro e, visto a grande diversidade cultural indígena que possuímos, a garantia de delimitação de terras se faz uma necessidade urgente para a manutenção dessa população e para garantia de um futuro melhor frente aos efeitos climáticos.

Conclusão

Atualmente, as ações humanas orientadas por políticas insustentáveis, como no caso paranaense, têm trazido consequências desastrosas ao meio ambiente e ao modo de vida indígena. Há, portanto, um desmonte em curso. Desmatamento, afrouxamentos de legislações ambientais, pouca fiscalização de áreas de preservação, lentidão na demarcação de TIs, violência contra populações originárias, tudo isso é resultado de uma visão de mundo centrada no lucro, na exploração desenfreada de recursos naturais em benefício do enriquecimento de alguns poucos.

Em que pese a visão utilitarista da natureza, os Kaingang do sul do Brasil expressam uma cosmovisão diametralmente oposta à concepção predominante no cenário político e econômico. Trata-se, nesse contexto, de um pensamento que enxerga as agências da fauna e da flora, sua importância para o planeta. Por conseguinte, o resultado são práticas ecológicas dentro de uma relação equilibrada com a natureza.

Nessa toada, observa-se então a necessidade

de uma reorientação política e prática voltada, de igual modo, a entender a agência das "coisas". E uma das formas de seguir esse novo caminho seria justamente garantir os direitos indígenas, refletindo um compromisso com o futuro das próximas gerações frente às mudanças climáticas.

Referências

- Abramovay, Ricardo. 2023. "O Antropoceno e as humanidades." *Instituto Humanitas Unisinos*. 28 jun. 2023. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/629995-o-antropoceno-e-as-humanidades-artigo-de-ricardo-abramovay>
- Alencastro, Luiz Felipe de. 1987. "A pré-revolução de 30." *Novos Estudos*. 18(2): 17-21.
- Amoroso, Marta. 2014. *Terra de índio: Imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Ayres, Ariadne Dall'acqua, Lia Maris Orth Ritter Antiquiera, Fernanda da Rocha Brando. 2023. "Percepção de indígenas Kaingang acerca da política ambiental no Brasil no século XXI." *Ambiente & Sociedade* 26: 1-18. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210073r-1vu2023L2AO>
- Balée, William. 2008. "Sobre a indigeneidade das paisagens." *Revista de Arqueologia* 21(2): 9-23. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/article/view/3003>
- Branco, Carlos Frederico, Miguel Angelo Perondi, João Daniel Dorneles Ramos. 2023. "Fág e Nen: Araucária e floresta no coletivo Kaingang." *História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña* 13(1): 165-187. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i1.p165-187>
- Brasil de Fato. 2019. "Bolsonaro volta a estimular ataques a reservas: 'É muita terra pra pouco índio.'" *Brasil de Fato*. 30 ago. 2019. <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/30/bolsonaro-volta-a-estimular-ataques-a-reservas-e-muita-terra-para-pouco-indio/>
- Brighenti, Clovis Antonio. 2015. "Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas." *Revista PerCursos* 16(32): 103-120. <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>
- Burlamaque, Cezar. 1867. *Relatório de presidente da provincia à Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- Calsavara, Fabio. 2023. "Produtores e parlamentares se mobilizam para exigir retirada de indígenas de fazenda invadida." *Gazeta do Povo*. 10 nov. 2023. <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/produtores-e-parlamentares-se-mobilizam-para-exigir-retirada-de-indigenas-de-fazenda-invadida/>
- Campos, Luana, Jaisson Teixeira Lino. 2023. "A revalorização do patrimônio indígena brasileiro frente às alterações." *Fronteiras: Revista Catarinense de História* 42: 88-109. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/13781>

- Carvalho, Ângelo de. 2023. "PR: Cansados de esperar por demarcação, indígenas Kaingang retomam terras de latifúndio em Tamarana." *A Nova Democracia*. 4 out. 2023. <https://anovademocracia.com.br/pr-cansados-de-esperar-por-demarcacao-indigenas-kaingang-retomam-terras-de-latifundio-em-tamarana/>
- Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. 2016. "Terra Indígena": Aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História* 35(75): 1-22. <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000075>
- Danowski, Déborah, Eduardo Viveiros de Castro. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.
- Descola, Philippe. 2013. *Beyond nature and culture*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Diegues, Anonio Carlos Sant'Ana. 2008. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Domanska, Ewa. 2006. "The return to things." *Archaeologia Polona* 44: 171-185.
- Fleury, André Augusto de Padua. 1865. *Relatório de presidente de província à Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- Girardi, Giovana. 2024. "O auê do Antropoceno e a importância de dar nome ao que estamos causando ao planeta." *Agência Pública*. 8 mar. 2024. <https://apublica.org/2024/03/o-aue-do-antropoceno-e-a-importancia-de-dar-nome-ao-que-estamos-causando-ao-planeta>
- Harari, Isabel. 2024. "Chuva no RS alaga terra indígena do povo Kaingang afetada pelo marco temporal." *Repórter Brasil*. 5 maio 2024. <https://reporterbrasil.org.br/2024/05/chuva-rs-alaga-terra-indigena-kaingang-afetada-pelo-marco-temporal/>
- Haraway, Donna. 2008. *When species meet*. Mineápolis: University of Minnesota Press.
- Latour, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, Bruno. 2017. *Facing Gaia: Eight lectures on the new climatic regime*. Londres: Polity.
- Leitão, Miriam. 2024. "Tragédia no Sul: 80 comunidades indígenas são afetadas pelas chuvas." *O Globo*. 7 maio 2024. <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/05/tragedia-no-sul-80-comunidades-indigenas-sao-afetadas-pelas-chuvas.ghtml>
- Lins, Lamemha. 1876. *Relatório de presidente da província à Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- Mabilde, Pierre François Alphonse Booth. 1983. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Corados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA.
- Maréchal, Clémentine Ismérie, Herbert Walter Hermann. 2018. "O xamanismo Kaingang como potência decolonizadora." *Horizonte antropológico* 24(51): 339-370. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000200013>
- Noelli, Francisco. 1999. "A ocupação humana no sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas". *Revista USP*. São Paulo, 44, 218-269.
- Nogueira, Gomes. 1862. *Relatório de presidente da província à Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná.
- Oliveira, Rafael. 2023. "'Nenhum centímetro de terra indígena': Como governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa." *Agência Pública*. 27 abr. 2023. https://apublica.org/2023/04/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-como-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/#_
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2021. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques: Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe*. Santiago: FAO.
- Santos, Gilberto Vieira. 2020. "Governo Bolsonaro: O retorno da velha política genocida indígena." *Revista da ANPEGE* 16(29): 426-457. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12527>
- Silva, Sergio Baptista. 2002. "Dualismo e cosmologia Kaingang: O xamã e o domínio da floresta". *Horizontes Antropológicos* 8(18): 189-209. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200009>
- Sloterdijk, Peter. 2018. *What happened in the 20th century?* Cambridge: Polity Press.
- Soares, Mariana. 2024. "Por que a demarcação de Terras Indígenas não avança? Entenda." *Instituto SocioAmbiental*. 21 fev. 2024. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/por-que-demarcacao-de-terras-indigenas-nao-avanca-entenda>
- Süssekind, Felipe. 2018. "Natureza e cultura: Sentidos da diversidade." *Interseções* 20(1): 236-254. <https://doi.org/10.12957/irei.2018.35915>
- Viegas, Danielle Heberle. 2024. "Não existe história local, nem natural: Canoas como epicentro do Antropoceno e quatro outros casos sobre a tragédia socioambiental no Rio Grande do Sul." *Matinal*. 1 jun. 2024. <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/nao-existe-historia-local-nem-natural-canoas-como-epicentro-do-antropoceno-e-quatro-outros-casos-sobre-a-tragedia-socioambiental-no-rio-grande-do-sul/>
- Viveiros de Castro, Eduardo. 2013. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Zhong, Raymond. 2024. "Are we in the 'Anthropocene', the human age? Nope, scientists say." *The New York Times*. 5 mar. 2024. <https://www.nytimes.com/2024/03/05/climate/anthropocene-epoch-vote-rejected.html>

André Voitechen

Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Endereço para correspondência

ANDRÉ VOITECHEN

Rua Jacarezinho, 127

Jardim Paraná, 19807-335

Assis, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.